## DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 01/12/2025 | Edição: 228 | Seção: 1 | Página: 1 Órgão: Atos do Poder Legislativo

## LEI N° 15.276, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para garantir o acesso a água potável nas instituições de ensino.

## O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para garantir o acesso a água potável nas instituições de ensino.

Art. 2º O*caput*do art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIII:

-	"Art. 4°
	XIII - água potável e infraestrutura física e sanitária adequadas no ambiente escolar.
	Art. 3° A Lei n° 11.947, de 16 de junho de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:  "Art. 2°
	VII - a garantia de acesso a água potável." (NR)  "Art. 17
emergenc	VII - implementar infraestruturas e ações de saneamento básico, inclusive de caráter cial, nos estabelecimentos escolares sob sua responsabilidade, na forma da legislação pertinente;
	"Art. 19
abastecim	nento de água de que trata o inciso VII do <i>caput</i> do art. 2º desta Lei;" (NR)  "Art. 23"
mplemen	§ 1º Os recursos financeiros de que trata o <i>caput</i> deste artigo poderão ser empregados na tação de estruturas e serviços de saneamento básico nas escolas.
emergenc pásico." (N	§ 2º O emprego de recursos de que trata o § 1º deste artigo pode ocorrer inclusive em caráter cial, com vistas a garantir o pleno funcionamento das estruturas e dos serviços em saneamento R)
	"Art. 26

§ 2°	0		
IV -	- (VETADO).		
	° (VETADO)." (NR)	 	

Art. 4º Para os efeitos do disposto nesta Lei, o poder público deverá:

- I incentivar as instituições de ensino a implementar sistemas de aproveitamento da água da chuva, sempre que viável e economicamente sustentável; e
- II fornecer apoio técnico, em colaboração com as instituições de ensino, ouvidos especialistas em recursos hídricos, para implementação dos sistemas referidos no inciso I docaputdeste artigo, bem como promover a conscientização sobre a importância do aproveitamento da água da chuva para a sustentabilidade ambiental.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de novembro de 2025; 204º da Independência e 137º da República.

## LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad Camilo Sobreira de Santana Simone Nassar Tebet

Presidente da República Federativa do Brasil

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

